

RECONSTRUINDO O DESENHO DO HABITAT DE “REFORMA AGRÁRIA”: NOVAS POSSIBILIDADES PARA O PODER PÚBLICO – ASSENTAMENTOS RURAIS DO RIO GRANDE DO NORTE

Maria Cândida Teixeira de Cerqueira

Contato: mcandidac@gmail.com

Linha de pesquisa: “Política e projeto da habitação social”

INTRODUÇÃO

No âmbito da elaboração da tese “Reconstruindo o desenho do habitat de ‘reforma agrária’: Novas possibilidades para o poder público”, o presente trabalho aborda os passos iniciais para a coleta de dados sobre os assentamentos rurais do Rio Grande do Norte, campo empírico da pesquisa em desenvolvimento.

Na tese, numa perspectiva dialética onde, segundo Engels (2015), as questões relacionadas à habitação devem ser analisadas num contexto abrangente (social, econômico e político), percebe-se que a “política” de habitação do campo para os assentamentos da Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA) executada em nosso país, em suas práticas adotadas para a produção do espaço dos habitats (local de moradia), destina recursos somente para a construção da habitação e demarcação do macro espaço do local de moradia. O habitat em sua totalidade (lotes de moradia; equipamentos coletivos; espaços livres públicos e arruamento) não é contemplado. Além disso, no contexto do órgão responsável pela concepção do habitat – INCRA - não existem normas específicas relacionadas a essa prática e consequente efetivação. Indaga-se: essa prática de produção do espaço se faz adequada aos habitats de “reforma agrária”? Utiliza procedimentos e parâmetros apropriados à concepção e execução do habitat? Produz habitats condizentes à reforma agrária, constituindo lugar de vida, memória, habitar, trabalho e cidadania? Diante dessas indagações chega-se à **QUESTÃO DE PESQUISA** da tese pretendida: “Qual o legado do INCRA quanto à produção do espaço do habitat de “reforma agrária”: da prática do projeto à sua execução?”.

O **OBJETIVO GERAL** consiste em “analisar a prática da produção do espaço do habitat dos assentamentos do PNRA exercida pelo Estado de modo a contribuir para o processo de reforma agrária do país”. Esse sendo destrinchado em dois **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**: 1) Estudar a concepção do habitat de “reforma agrária”; 2) Analisar o conceito e a prática do Estado a respeito da produção do habitat de “reforma agrária”.

Como **PROCEDIMENTO METODOLÓGICO** parte-se do método dialético, o regressivo-progressivo, criado por Marx e desenvolvido por Lefebvre. Inicialmente, realizará revisão do referencial teórico-metodológico. Após, será analisada a prática de produção do espaço do habitat de “reforma agrária”, tendo como **CAMPO EMPÍRICO** os assentamentos do RN; **RECORTE ESPACIAL**: habitat de 01 assentamento de cada um dos seis períodos do governo federal compreendido no **RECORTE TEMPORAL** (1985 a 2013); Eixos de análise: 1) processo de concepção do projeto; 2) desenho. Posteriormente, será realizada a compilação dos dados coletados, onde serão confrontados e analisados, chegando as **CONCLUSÕES** necessárias.

OBJETIVOS

O objetivo geral do presente trabalho consiste em apresentar as primeiras ações efetivadas na coleta de dados sobre os assentamentos rurais do Rio Grande do Norte, campo empírico da tese em desenvolvimento. Corresponde a uma das etapas iniciais do procedimento metodológico para realizar o 2º Objetivo Específico da pesquisa – “Analisar o conceito e a prática do Estado a respeito da produção do habitat de ‘reforma agrária’” – constituindo etapa preparatória para a análise da prática de produção do espaço do habitat de “reforma agrária”.



MÉTODO

Para cumprir com o objetivo proposto, foi feito o levantamento, sistematização e leitura dos principais documentos institucionais e afins localizados no Setor de Infraestrutura da Superintendência do INCRA no RN. Na sequência, as informações adquiridas foram sistematizadas em tabelas, buscando relacionar a data de criação (Publicação ato de criação), município, quantitativos, área em hectare dos assentamentos rurais do RN e o período do governo federal inerente. Aqui é apresentado um resumo dessas informações.

DESENVOLVIMENTO

ASSENTAMENTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA (PNRA)

De acordo com o que relata Bergamasco (1996), de forma geral, os assentamentos rurais devem ser entendidos como

a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o ordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem ou com pouca terra (BERGAMASCO, 1996, p.7).

Martins (2000) segue a mesma linha de raciocínio, afirmando que os assentamentos rurais devem ser o produto resultado da redistribuição da terra feito a partir da verdadeira política de reforma agrária. Na visão de Carvalho (1998) este panorama é expandido. Desse modo, compreende que esta expressão

é utilizada para identificar não apenas um área de terra, no âmbito dos processos de reforma agrária, destinada à produção agropecuária e ou extrativista mas, também, um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais (CARVALHO, 1998, p. 7).

Percebe-se que o seu conceito abrange os aspectos físicos e sociais. Assim, a criação de um projeto de assentamento não se restringe a um mero ato administrativo, praticado pelo Instituto Nacional de Cidadania e Reforma Agrária (INCRA), sob a tutela do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), concretizado a partir da desapropriação ou aquisição

(modalidades mais comuns) de terras que até então não cumpriam sua função social. Representa o resultado da luta social que se processa há tempo em nossa sociedade a favor de uma melhor distribuição da posse da terra, buscando beneficiar os trabalhadores rurais sem terra. Portanto, expressa um ato abrangente, que envolve uma série de elementos e significados, sobretudo a modificação dos ocupantes do espaço e das relações sociais, econômicas, produtivas e políticas nele estabelecidas e vivenciadas, bem como da sua organização físico-espacial e de infraestrutura. Em relação a esta última, faz-se necessário a inclusão de novas moradias, equipamentos sociais (escola, igreja, posto de saúde, centro comunitário, campo de futebol, etc.), espaços livres públicos, estradas de acesso, bem como modificada a área para produção, buscando atender aos novos anseios.

Os elementos inerentes à configuração espacial são divididos em: área de preservação permanente; área de reserva legal; área destinada à produção agrícola; vias de circulação (estradas vicinais) e o habitat (local de moradia) (BORGES, 2002), conforme pode ser observado na Figura 01, que ilustra o parcelamento do solo do assentamento rural Olga Benário, localizado no município de Mossoro, no Rio Grande do Norte.

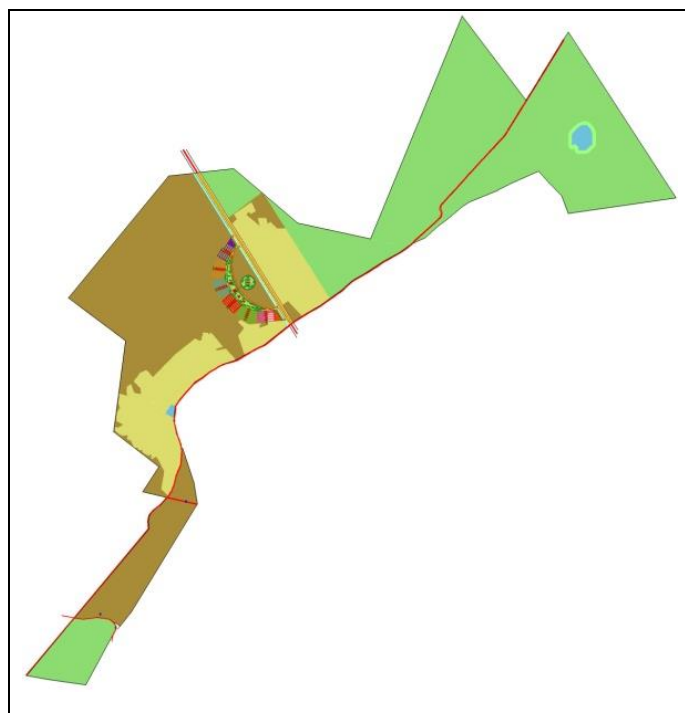


FIGURA 01: PARCELAMENTO DO SOLO DO ASSENTAMENTO RURAL OLGA BENÁRIO, MUNICÍPIO DE MOSSORO/RN.



4º SIMPÓSIO DE PESQUISA DO PPGAU-UFRN – DOUTORADO, MESTRADO ACADÊMICO e MESTRADO PROFISSIONAL

ASSENTAMENTOS DO PNRA NO RIO GRANDE DO NORTE

O estado do Rio Grande do Norte possui, segundo dados fornecidos pela Superintendência do INCRA/RNⁱ, um total de 289 assentamentos rurais vinculados ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Os primeiros assentamentos rurais criados datam de 1987, num total de 09: Fazenda Arapua (Ipanguaçu); Fazenda Feijão (Pedro Avelino); Sítio Favela e Fazenda Hipólito (Mossoró); Serra Vermelha (Areia Branca); Zumbi do Fogo (Pureza); Baixa da Quixaba (Santana dos Matos); Logradouro (Taipu); Lagoa do Sal (Touros).

Na sequência desses 29 anos, de acordo com a política de “reforma agrária” praticada pelos governos federais, a criação de assentamentos rurais no RN seguiu o ritmo conforme representado na Tabela 01 abaixo:

| TABELA 01: CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO PNRA NO RN | | | |
|--|-----------------------|----------------------|--|
| ANO Ato de criação) | ASSENTAMENTOS | | PERÍODO GOVERNO FEDERAL |
| | QUANTITATIVO (UND) | AREA (HA) | |
| DÉCADA DE 1980 | | | |
| 1987 | 09 | 3.021.260,08 | Jose Sarney (15 assentamentos) |
| 1988 | 03 | 8.933,20 | |
| 1989 | 03 | 9.998.772,37 | |
| TOTAL: | 15 | 13.028.965,65 | |
| DÉCADA DE 1990 | | | |
| 1990 | 00 | ----- | Fernando Collor de Melo (08 assentamentos) |
| 1991 | 03 | 3.789,33 | |
| 1992 | 05 | 5.503,50 | Itamar Franco (05 assentamentos) |
| 1993 | 05 | 3.084,98 | |
| 1994 | 00 | 00,00 | Fernando Henrique Cardoso (194 assentamentos) |
| 1995 | 11 | 29.806,73 | |
| 1996 | 23 | 47.595,95 | |
| 1997 | 29 | 71.006,21 | |
| 1998 | 35 | 54.165,37 | |
| 1999 | 41 | 49.449,15 | |
| TOTAL: | 152 | 264.401,22 | |
| DÉCADA DE 2000 | | | |
| 2000 | 17 | 13.608,36 | Luis Inácio Lula da Silva (55 assentamentos) |
| 2001 | 36 | 59.803,41 | |
| 2002 | 02 | 12.280,33 | |
| 2003 | 09 | 13.254,84 | |
| 2004 | 06 | 24.652,44 | |
| 2005 | 15 | 15.060,26 | |
| 2006 | 06 | 30.511,83 | |

| | | | |
|-------------------------|------------|----------------------|---|
| 2007 | 08 | 16.146,95 | |
| 2008 | 04 | 14.566,47 | |
| 2009 | 06 | 5.161,70 | |
| 2010 | 01 | 438,62 | |
| 2011 | 03 | 2.396,02 | Dilma Housseff (07 assentamentos) |
| 2012 | 02 | 1.809,89 | |
| 2013 | 01 | 2.506,62 | |
| 2014 | 01 | 452,13 | |
| 2015 | 00 | 00,00 | |
| TOTAL: | 117 | 231.047,47 | |
| TOTAL GERAL: 284 | | 13.614.414,34 | |

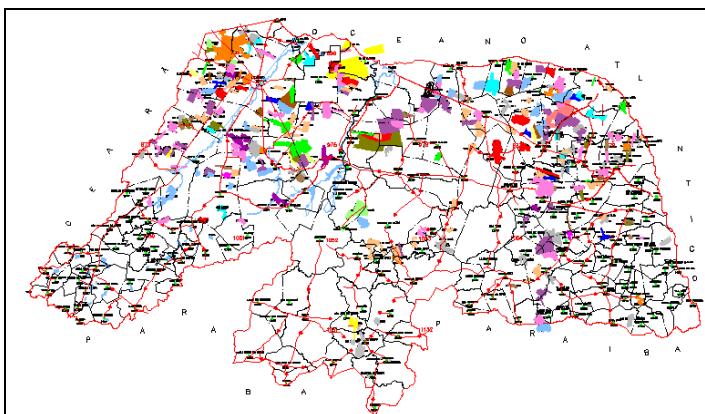


FIGURA 02: ASSENTAMENTOS RURAIS DO PNRA NO RN

A Figura 02 representa, gráfica e espacialmente, as informações ilustradas na Tabela 01. Assim, de um total de 52.810,699 quilômetros quadrados de extensão territorial (= 5.281.069,000 ha), 13.614.414,34 ha do estado do Rio Grande do Norte correspondem a assentamentos rurais criados pelo PNRA, distribuídos em cinco regiões: Sertão Central; Apodi; Seridó/Potengi; Açu/Mossoró e Mato Grande, onde se observa a maior concentração de assentamentos.

Na tabela 01, relacionando a quantidade de assentamentos rurais criados durante o período de vigência do respectivo governo federal, percebe-se que o RN viveu o ápice da “reforma agrária” no governo de Fernando Henrique Cardoso, quando 194 propriedades rurais ditas improdutivas foram desapropriadas, transformando-se em assentamentos rurais. No contraponto, somente 05 no governo de Itamar Franco.

Diante desses dados iniciais, questiona-se: como se caracterizava a política de reforma agrária de cada



Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | PPGA/UFRN

governo? Quem eram os agentes responsáveis pela condução do processo de concepção do habitat? Quais eram os agentes participantes? Quais eram os procedimentos e normativos adotados? Como se caracterizava a morfologia e as relações (acessibilidade, conectividade e integração) do desenho do projeto habitat (macro espaço e edificações) produzido?

A busca de respostas para esses questionamentos corresponde ao próximo passo da análise da “prática de produção do espaço do habitat de ‘reforma agrária’”, dando seqüência ao desenvolvimento da pesquisa para, assim, efetivar a tese pretendida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme cronograma elaborado para o desenvolvimento da referida tese, as ações cotidianas da pesquisa devem se concentrar e avançar no sentido de aprofundar o projeto de pesquisa, para que até o final do 3º semestre de desenvolvimento da tese (2016.1), possa ser submetido à qualificação.

Desse modo, concomitante à elaboração do referencial teórico-metodológico (Premissas Básicas – II parte da tese) pretende-se dar continuidade e ampliar as ações relacionadas à análise da prática de produção do espaço do habitat de “reforma agrária” – III parte da tese.

Conforme metodologia utilizada, a análise dessa prática será realizada em seis momentos distintos: 1º) Os assentamentos do RN (campo empírico) serão relacionados pela data de criação e os 06 períodos dos governos federais ocorridos entre 1985 a 2013; 2º) Em cada período, classificar-se-á os assentamentos a partir do agente responsável pela condução do processo de concepção do habitat; 3º) Em cada um dos períodos do governo federal, será eleito um habitat representante, que será analisado a partir do processo de concepção e do desenho do projeto; 4º) A partir de entrevistas com os responsáveis pelo processo e pesquisas documentais, será analisado o processo de concepção do habitat, tendo como fio condutor os agentes participantes e procedimentos adotados; 5º) O desenho do projeto – macro espaço e edificações - será analisado a partir de sua morfologia e relações (acessibilidade, conectividade e integração), provavelmente fazendo o uso da sintaxe espacial; 6º) Por último, todos os dados coletados, serão confrontados, para que se alcancem os resultados possíveis.

Atualmente, encontra-se finalizando as ações relacionadas ao 1º momento e iniciando o levantamento, sistematização do material – documentos institucionais; normativos; processos de desapropriação; mapas; projetos de assentamentos; dentre outros -, bem como elaboração de um roteiro para entrevistar servidores chaves, para assim adentrar no 2º momento, conforme explicitado anteriormente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGAMASCO, Sônia M.; NORDER, Luis Cabello. **O que são Assentamentos Rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos).

BORGES, Amadja Henrique. **MST: Habitats em movimento**. 2002. 114 f. Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, 2002.

CARVALHO. **Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas de reforma agrária no Brasil**. Curitiba: NEAD, 1999. Mimeografado.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. (Tradução: Nélcio Schneider). 1ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

LEFÈBVRE, Henry. **La producción del espacio**. (tradução: Emilio Martinez Guitiérrez). Colección Entrelíneas. Madri: Gracel Asociados, 2013 (1974)

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

NOTAS

ⁱDado fornecido pelo INCRA/RN a partir do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), atualizado em outubro/2015.

